



## À MARGEM DA EUROPA. PARA UMA INTERPRETAÇÃO TRANSATLÂNTICA DO ESPAÇO EURO-AMERICANO

**Ettore Finazzi-Agrò<sup>1</sup>**

Chamado, mais uma vez, a escrever sobre o que eu entendo por “estudos europeus” num País como o Brasil e sobre o meu modo de ver o papel e a função de um Instituto de Estudos Europeus no contexto brasileiro, encontro-me, desde logo, numa situação difícil, sendo eu europeu, mas frequentando, há muitos anos, a grande nação sul-americana, os seus centros de elaboração e difusão cultural e sendo, mais geral, um modesto especialista daquela cultura em todas as suas manifestações (tanto artístico-literárias quanto de desempenho político-social, nos seus aspectos evolutivos e/ou problemáticos). Esse embaraço, essa dificuldade em tomar partido sobre uma questão que tem a ver com a minha dupla “cidadania” (a cadastral e a intelectual), poderia, talvez, ser superada apenas através de uma reavaliação histórica da imagem que a Europa construiu do Brasil, e vice-versa, de como os brasileiros se posicionaram a respeito dos europeus e da cultura que eles impuseram, com a violência ou por simples indução, ao Novo Mundo.

Refletir sobre as relações entre Brasil e Europa e sobre como construir um saber compartilhado pode comportar, de fato, a obrigação de andar por estradas marcadas há séculos, por caminhos já percorridos que seria totalmente inútil ou até arrogante voltar a pisar. Acho, por isso, que em vez de recontar ou de avaliar de forma genérica a história das relações entre o grande País sul-americano e o

<sup>1</sup> Professor da SAPIENZA UNIVERSITÀ DI ROMA

Velho Continente, seria melhor considerar como as duas dimensões socioculturais (tomando – o que já representa uma escolha arbitrária, embora justificada pela existência de uma Comunidade e/ou de um espaço comunitário – a Europa como um todo) têm enfrentado a questão das trocas e das interferências recíprocas no âmbito tanto ideológico quanto imaginário ao longo dos séculos, apontando para algumas figuras significativas que balançam, como vamos verificar, entre experiência e fantasia, entre a realidade e a sua transposição metafórica. Também nesse caso se poderia falar de um gesto presunçoso, ou mais precisamente, de um ato de *hýbris* querendo exceder as fronteiras de um saber necessariamente limitado e parcial, visto que a reflexão sobre as relações entre os dois lados do Atlântico tem sido amplamente e longamente explorada tanto do lado europeu quanto (e talvez, sobretudo) do lado brasileiro.

Por causa disso, tentarei enfrentar a questão de um ponto de vista “esgueirado” ou “marginal”, a partir, justamente, da questão da Margem, da Fronteira, ou melhor, da ambivalência entre *limes* (limite) e *limen* (limiar). A citação inicial, nesse sentido, poderia ser – e deve, no fundo, obrigatoriamente ser – o famoso *incipit* de *Raízes do Brasil*:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.<sup>2</sup>

Como se sabe, o primeiro capítulo do livro de Sérgio Buarque de Holanda é intitulado “Fronteiras da Europa”: publicado pela primeira vez em 1936 e várias vezes revisto e corrigido pelo autor até à edição definitiva (a quinta, publicada em 1969), o texto sofreu alterações ao longo dos anos, mantendo todavia, desde a sua primeira impressão, essa ideia fulcral do Brasil como fronteira da Europa (e vice-versa) e, por conseguinte, a situação de permanente e irredimível desterro da sociedade e da cultura brasileiras.

Essa identidade perenemente exilada que o grande historiador e crítico paulista atribui ao povo e às instituições brasileiras define, nessa ótica, uma aporia, ou

2 S. Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 12a ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 3.

seja, no seu sentido etimológico, delimita um lugar “finito” e sem saída. Basta, para isso, considerar o paradoxo de um adjetivo possessivo (*nossa*) aplicado a uma *terra* que é qualificada como *desterro*: o espaço, enfim, em que se habita não nos pertence, sendo todavia o nosso espaço, o espaço em que habitamos e de que podemos, todavia, nos apoderar apenas no alheamento. Dentro e através dessa incoerência lógica, dessa aporia declarada, aliás, se insinua, a meu ver, uma suspeita que pode abrir um caminho na aparente falta de estradas ou de saídas.

O caminho, justamente, é aquele que podemos definir como a opção pelo *Neutro*: instância sobre a qual o pensamento europeu se tem magistralmente debruçado, descobrindo nela uma possibilidade de suspensão de qualquer dialética tanto historicista quanto ontológica, na suposição de um lugar terceiro que, fazendo jus à etimologia, não é nem uma coisa nem a outra e é, ao mesmo tempo, tanto uma coisa quanto a outra.<sup>3</sup> De fato, a palavra latina *neuter* que, por sua vez, é formada pela aglutinação de *nec* e *uter*, significando a recíproca exclusão dos opostos, aponta todavia, na sua ambivalência, para uma dimensão compromissória e de compromisso em que os opostos se combinam numa instância terceira e hipotética. *Uter*, de fato, significa tanto “um dos dois”, “um ou outro”, quanto “qualquer um dos dois”: a aplicação do prefixo negativo *nec* remete, assim, para esse sentido virtual que se instala no interior da contradição, indicando uma situação balançando entre “nem um nem outro” e “seja um seja outro”.

Esse território precário se abrindo no interior de toda oposição é, a meu ver, aquele no qual seria possível localizar o “nosso desterro”, isto é, a originalidade de uma cultura e de uma estrutura social que não são nem americanas nem europeias, sendo ambas as coisas ao mesmo tempo. De resto, esse estatuto “terceiro” da identidade brasileira tem sido reafirmado, ao longo dos séculos, através de figuras ao meio caminho entre a “apropriação” e “alheamento”, se combinando, de forma paradoxal (i.e., fora de qualquer *doxa*), com uma certa sensação de estranhamento constante. Para citar, de fato, outro famoso intelectual do século passado, como Paulo Emílio Salles Gomes, o estatuto identitário brasileiro estaria sempre radicalmente vinculado a esse difícil trabalho de elaboração de uma autenticidade impossível:

---

3 Entre os vários estudiosos que analisaram essa instância, cabe pelo menos sublinhar a verdadeira obsessão pelo Neutro presente em vários lugares da obra teórica de Roland Barthes. Limite-me, aqui, a mencionar o seu ensaio (na verdade, a transcrição de uma aula inaugural que ele deu no *Collège de France*) intitulado “Le désir du neutre (Introduction au cours de 1978 et première « figure »)” e publicado em *La règle du jeu*, 2e année (août 1991), n° 3, pp. 36-60.

Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética entre o não ser e o ser outro.<sup>4</sup>

Talvez a “figura” que com mais contundência exprime essa estranha e intransitável dialética balançando entre o não-ser e o ser-outro é a identificação do Brasil como Ilha.

Figura inaugural, visto que aparece logo na *Carta do achamento* com que Pero Vaz de Caminha, escrivão de bordo da frota de Cabral, anunciava ao rei d. Manuel a descoberta da nova terra, que depois de ser várias vezes mencionada como tal (e “terra”, no português da época, podia considerar-se quase um sinônimo de “terra firme”), assim data o seu documento: “Da vossa ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500”.<sup>5</sup> Porque oferecer ao soberano uma ilha, depois de lhe ter insinuado, ao longo do texto, a suspeita de ter adquirido aos seus domínios uma nova terra (nunca antes a palavra *ilha* é mencionada)? Após lhe ter apresentado e descrito um espaço imenso e imprevisto? Cautela tardia de um literato não afeito às navegações, às mensurações cartográficas, claro,<sup>6</sup> mas também – e, talvez, sobretudo – dívida paga, forçosamente, a uma tradição cultural antiquíssima afigurando (e pré-figurando) só ilhas naquele que já os cartógrafos e os viajantes árabes apelidavam “Mar das Trevas”, pontilhando-o, também eles, com ilhas portentosas, povoando-o, também eles, de *mirabilia*.

Assim, essa ilha “achada” acaba por colocar-se na encruzilhada das contradições, inscrita numa temporalidade fundamentalmente suspensa e interrupta, que é contemporaneamente europeia e estranha a ela.<sup>7</sup> Tempo neutro, mais uma vez, marcado pela ausência de uma sucessão de estações – segundo a fórmula ditada, vários séculos antes, por Isidoro de Sevilha quanto ao Paraíso Terrestre: “Non

4 Paulo Emílio Salles Gomes, *Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 77.

5 Cito da ed. Diplomática org. por Anna Unali, *La “Carta do achamento” di Pero Vaz de Caminha*. Milão: Cisalpino-Goliardica, 1984, p. 163.

6 O escrivão, com efeito, antepõe à sua descrição uma declaração de incompetência quanto às coordenadas da nova terra: “da marinagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer e os pilotos devem ter esse cuidado” (ed. cit., p. 82).

7 “A terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá” (ed. cit., p. 116). Seria bom ainda notar o anacoluto que se instala entre o “tempo de agora” (é, o presente em que é escrita a carta) e o tempo imperfeito (*achávamos*) relativo ao clima europeu.

*ibi frigus, non aestus*".<sup>8</sup> Neutralização climática, esta, que se encontra em quase todas as crônicas dos descobridores e que delimita, afinal de contas, um "lugar comum" cultural em que com-preender e con-ter a Diferença relacionando-a com uma Identidade, passada ou futura e, em todo o caso, insituável em relação ao presente.<sup>9</sup> Desvio ou distância, aliás, que do plano temporal transborda, de modo inevitável, naquele espacial, produzindo um afastamento indefinido (e indefinível) da nova terra de qualquer possível *aqui*, uma deslocação dela para um *antes* ou um *depois* que parecem irreduzíveis a qualquer *agora*: assim, por exemplo, a ilha de Vera Cruz é localizada, na carta de Caminha, a uma distância exagerada (660 ou 670 léguas das Ilhas de Cabo Verde)<sup>10</sup> e, na realidade, incomensurável em relação ao Sabido. Lugar paradisíaco preservado pela lonjura, tornado intangível pelo seu ser fora de qualquer rota conhecida...

Esse longo *excursus* sobre a definição da terra "achada" como *ilha* poderia ficar ligado às crenças e à real ignorância dos descobridores em relação à existência do continente americano, se não fosse que a imagem (ou a figura) de um Brasil-Ilha volta a se apresentar quando já a cultura europeia tem adquirido e aceitado a ideia de que as terras descobertas por Colombo e visitadas, depois dele, por muitos outros navegantes europeus formem parte de uma nova e inesperada terra-firme. De fato, justamente na época em que os portugueses começam a se familiarizar com a nova região; justamente na época em que inicia a exploração do interior do País, se torna, por paradoxo, mais firme a convicção de que aquela terra encontrada (ou descoberta) por Cabral seja, na verdade, uma ilha imensa,

8 Veja-se Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*. 3a ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, pp. XX-XXI, pp. 162-67 e *passim*. Cf. também Arturo Graf, *Miti, leggende e superstizioni del Medio Evo*. Roma: Plurima, 1989 [1a ed.: Turim, 1892], vol. I, pp. 30-32.

9 "Esse mundo paradisíaco, fosse ele cristão ou pagão, permanecia invariavelmente no passado, ou no futuro, ou no sonho, alheio e adverso à vida atual" (S. Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 147). Diante (ou dentro) da imagem da Idade de Ouro ou da imagem edênica – diante, enfim, ou dentro do sonho de uma condição anterior e, em todo o caso, irrecuperável – encontra-se, com efeito, a utopia de um Paraíso por construir; de um futuro "jubiloso", não localizável em relação ao presente: pense-se só (num âmbito ainda religioso, mas, desta vez, não ortodoxo) na interpretação do Novo Mundo como "terra prometida" que impeliu os Judeus e os Cristãos Reformados para as Américas. Nem é tampouco possível omitir o papel do milenarismo, de raiz joaquimita, insinuando-se ainda nas dobras da visão ortodoxa, católica, de uma terra por evangelizar: como se sabe, esse componente messiânico marcou profundamente a religião popular do Brasil, acompanhando sempre a história do País.

10 Cf. *Carta*, ed. cit., p. 61. Vejam-se, a respeito, as considerações de Jaime Cortesão na sua *História dos Descobrimientos Portugueses*. 2a ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 1979, vol. II, pp. 193-98.

cujos limites seriam o Amazonas, ao norte, e o Prata, ao sul. Os dois rios, com efeito, teriam ambos a sua origem num grande lago interno, às vezes chamado *Lagoa de Ouro* ou *Lago Dourado* (nome ligando-se, claramente, ao mito do Eldorado), às vezes denominado, em língua indígena, *Eupana* ou *Parauçava*. Mais uma vez, então, à percepção assustadora de um espaço sem fronteiras, responde a lógica do desejo, fechando uma terra desmedida e, por isso mesmo, inefável, dentro de limites certos, pensáveis: já que só aquilo que se recorta e se delimita num Lugar pode “fazer sentido” (seja mesmo um sentido da Diferença, visto o caráter “compensativo” desse Brasil-Ilha), ao passo que o Espaço infinito não tem voz nem nome, não chegando a ser nem identificado nem dominado.

Não pode, aliás, escapar, aos olhos dos historiadores contemporâneos, o significado ainda político desse mito cartográfico, que “dava ao Império Português na América do Sul uma base geográfica e servia os propósitos do imperialismo português contra o seu vizinho espanhol”.<sup>11</sup> Dito em outras palavras, se a terra achada por Cabral era uma ilha, ela pertencia, por lei e por completo, ao Rei de Portugal, legitimado, por isso, a infringir e a ultrapassar os limites entre os domínios espanhóis e portugueses estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. A situação, todavia, não é tão simples como aparece, visto que (ao que se sabe) o primeiro que difundiu – pela metade do séc. XVI – a lenda de um “Brasil-Ilha” foi João Afonso,<sup>12</sup> piloto e cartógrafo, que era, certamente, de origem portuguesa, mas que viveu na França e trabalhou durante muito tempo ao serviço do rei de França (até assumir, nos documentos da época, os nomes “afrancesados” de

Jean Alphonse Saintongeois ou de Jean Fontenau).<sup>13</sup> Que interesse podia ter, com efeito, um francês naturalizado em difundir, na sua pátria de eleição, um mito geográfico funcional ao expansionismo lusitano – e isso, aliás, numa época em que a França estava projetando ou estava, até, já sustentando a sua aventura “antártica”? De resto (como lembra o próprio Oliveira Marques), a lenda da “Ilha-Brasil” não é acolhida, entre a segunda metade do séc. XVI e a primeira metade do século sucessivo, apenas pela cartografia ibérica, mas também por aquela italiana ou holandesa – e os Países Baixos, em particular, estavam também eles empenhando-se, naquele mesmo período (precisamente entre 1598 e 1654), em arrancar grandes pedaços de território brasileiro ao domínio português.

Tudo isto parece confirmar que, mais que apenas a uma escolha política, a imagem de um Brasil-Ilha devia responder a uma exigência de origem diferente e mais complexa. Para ilustrar melhor esse mecanismo (que é ideológico mas também psicológico, parecendo-se com aquele – todo mental, claro, mas com efeitos ainda em âmbito material – da *Verleugnung* freudiana que é, ao mesmo tempo, aceitação e recusa de uma experiência), bastará talvez se lembrar daquilo que acontece na Europa, mais ou menos na mesma época das descobertas geográficas, em relação à loucura. Também nesse caso, de fato, assistimos à descoberta de um “território” até então impensado; isto é, nos deparamos com a consciência incipiente de uma dimensão da existência toda externa à dimensão conhecida, normal, habitual. E também nesse caso, para transitar no mar da indecisão entre aceitação e recusa, o homem do século XVI arma um Navio em

11 A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*. 4a ed., Lisboa: Palas Editores, 1974, vol. I, p. 481.

12 Cf. Jaime Cortesão, *op. cit.*, vol. II, pp. 256-58.

13 Cf. Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe siècle*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1952, pp. 22-77, e Luís de Albuquerque, *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura*. Lisboa: Gradiva, 1987, pp. 37-55.

que o louco “é o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da Passagem”, visto que ele “não tem nem verdade nem pátria senão nessa extensão infecunda entre duas terras que não podem pertencer-lhe”.<sup>14</sup> Suspensa nesta condição ambígua, também a *déraison* não tardará em encontrar a sua moradia numa figura insular – primeiro identificada nas *Ilhas Afortunadas*, em que nasce, de fato, a Loucura elogiada por Erasmo de Roterdã; depois circunscrita naquela ilha simbólica (e real) que virá a ser o manicômio, o hospício mental: lugar de detenção do Não-Sentido em que o Sentido se espelha no seu “ser-outro”.<sup>15</sup>

Espaço de neutralização das diferenças, a Ilha fica, por isso, o lugar esperado e temido em que fazer experiência da Alteridade sem se perder nela; o lugar de Passagem permitindo reduzir num tempo suspenso, que é dentro e fora do decurso temporal, a perspectiva infinita de uma *terra incognita*. Uma espécie de miniaturização, de resumo – embora num espaço não obrigatoriamente reduzido, como no caso da Ilha-Brasil imaginada durante o século XVI – permitindo combinar as contradições dentro de uma figura que não só não as anula, mas que, pelo contrário, as exalta, sem todavia alterar o sentido das proporções, sem desatar, sobretudo, os “*verrous de sûreté*” que vinculam o Idêntico ao seu Outro.

Entre essas duas conotações extremas o Brasil continuará se isolando: laboratório de uma diferença experimentada sem nunca infringir – senão de modo marginal – os limites do conhecido; sem nunca exceder um patrimônio mítico e ideológico que, por paradoxo, permite conhecer a diversidade através do reconhecimento, isto é, através das analogias com estereótipos às vezes perdidos entre as dobras (e os devaneios) de um discurso cultural milenário. Assim que não pode espantar o fato que também o nome da ilha achada acabe por ser quase o fruto de um compromisso entre a realidade e a lenda, entre o que se vê e o que se sabe, entre experiência e desejo.

Com efeito, se é verdade que a denominação da nova terra, embora entre mil dúvidas, acaba por se fixar no nome de uma árvore (o “pau-brasil”), tão copiosa e tão copiosamente exportada pelos portugueses, não é menos verdade que nessa dívida

---

14 Cito, traduzindo, da versão italiana da obra, já clássica, de Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique* (trad. it.: *Storia della follia*. 2a ed., Milão: Rizzoli, 1980, p. 19). A referência textual implícita nessas considerações é, obviamente, *Das Narrenschiff*, de Sebastian Brant (publicado em 1494).

15 Devo esta interpretação “insular” da instituição manicomial – que atravessa, de fato, a obra de Foucault – ao importante estudo de Michel Serres, “Géométrie de l'incommunicable: la Folie”, in *Hermes I. La Communication*. 2a ed., Paris: Minuit, 1984, pp. 167-90.

paga à experiência (e à experiência mercantil, sobretudo) continua ecoando um nome mítico que remonta a outra experiência: àquela – fantástica, neste caso, literária – vivida por São Brandão na sua *Navegação* alto-medieval.<sup>16</sup> Já que, de fato, dentro do *corpus* dessa tradição antiquíssima encontra-se uma ilha atlântica, registrada também nos mapas medievais e procurada com teimosia pelos navegantes ao longo do século XV, denominada *Bressail* ou, de modo ainda mais claro, *Brazil*, *Braçir* ou *Braçile*, topônimo que em língua celta devia, justamente, significar “ilha afortunada”.<sup>17</sup> Como não ficar espantados diante dessa analogia nominal emparelhando a ilha achada por Cabral com a ilha perdida por um santo fabuloso? Ilha, aliás, vagando entre o norte e o sul nas representações medievais do mar Atlântico e que parece fixar-se, sem realmente consistir, naquela terra antes denominada, religiosamente, de Vera ou de Santa Cruz, depois rebatizada, de forma laica, “dos Papagaios” ou “dos Canibais”, até chegar à denominação que tem resistido até hoje.

Se o batismo nominal do novo mundo equivale – com foi amplamente sublinhado<sup>18</sup> – a uma tomada de posse, no caso do Brasil isso se dará apenas no âmbito de um compromisso neutralizando a realidade através da fantasia, ou bem esta através de aquela, chegando a uma denominação ambivalente que aceita possuir a verdade observada no desapossamento de uma verdade imaginada, proposta por uma tradição antiquíssima. Inscrito nesta ambiguidade, interposto entre o que é novo e o que é sabido, entre água e terra, entre inferno e paraíso, o Brasil – talvez mais do que outros lugares americanos – guardará longamente

16 Para uma análise detalhada da *Navegação* e para uma informação completa sobre a ampla bibliografia relativa a esse texto, remeto para a tese de doutoramento de Renata Anna Bartoli, *La “Navigatio Sancti Brendani” e la sua fortuna nella cultura romanza dell’età di mezzo*. Pádua: Dott. di ricerca in Filologia Romanza e Italiana, fevereiro de 1990.

17 Na ampla bibliografia relativa a esta ilha inventada, bastará apenas mencionar o volume de José Osvaldo de Meira Penna, *Utopia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, pp. 21-26. No âmbito propriamente histórico-geográfico, seria bom consultar o estudo clássico de Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1900, pp. 47-50, e a mais recente contribuição de Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, cit., pp. 154-57. Em particular, na página 167 deste último livro encontra-se uma tábua comparativa com os vários nomes atribuídos aos Açores em documentos dos sécc. XIV e XV: depois do que dissemos até aqui, não é de espantar o fato de encontrar entre os topônimos, não só Brasil (ou seja, “ilha do Paraíso”), mas também o de “Ilha do Inferno”. Mais um sinal, este, da compensação inevitável entre o Bem e o Mal, da proximidade necessária entre lugares edênicos e infernais, no interior da “geografia moralizada” vigente durante a Idade Média. Uma excelente recapitulação do valor simbólico da “ilha” se encontra, enfim, no importante livro de Antônio Carlos Diegues, *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

18 Veja-se, por exemplo, Tzvetan Todorov, *La conquista dell’America*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 32-34.



este caráter misto, ficará para sempre (também por causa das suas fronteiras linguísticas) um continente com traços insulares e/ou uma ilha que é um continente.

Na verdade, a figura insular – além de ser, obviamente, um arquétipo frequentado desde sempre pela literatura – parece, em particular, habitar de modo estável a autoconsciência americana até os nossos dias. Quanto à América hispânica, bastará apenas mencionar a imagem “fundadora” e, ao mesmo tempo, simbólica da ilha de Macondo em *Cien años de soledad* de Gabriel García Márquez.<sup>19</sup> É, todavia, sobretudo no Brasil, a meu ver, que ela se torna obsessão geográfico-literária, a partir da *Ilha da Maré* de Botelho de Oliveira até os *Passeios na Ilha* de Carlos Drummond de Andrade passando, obviamente, pela “Fundação da Ilha” na *Invenção de Orfeu* de Jorge de Lima.

Não é este, com certeza, o lugar para empreender uma análise pormenorizada da frequência e das metamorfoses dessa figura nas letras brasileiras: bastará, aqui, assinalar a importância dela na interpretação da identidade cultural brasileira – apoiada também na “insularidade” linguística da Nação dentro da imensidão territorial sul-americana, i.e., dentro do “oceano” hispanófono. Quanto a outras imagens evocando, de forma quase obsessiva, a figura da Ilha, é talvez possível remeter para textos díspares como a visão que, do Brasil enquanto “enorme ilha primitiva”, nos deu Sílvio Romero,<sup>20</sup> ou como a imagem de um “sertão-ilha” – complementar, em certo sentido, à de um “sertão-mar” – que encontramos nas páginas iniciais de *Os Sertões*.<sup>21</sup> Quero ainda lembrar, enfim, o título de uma conferência de Gilberto Freyre (pronunciada em 1940) sobre, justamente, a formação do Brasil e sobre a história da(s) mentalidade(s) brasileira(s): “Continente e Ilha”.<sup>22</sup>

19 Remeto – para outros exemplos e para um estudo sobre “La isla como paradigma utópico” – para o importante volume de Fernando Ainsa, *Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa*. Madrid: Gredos, 1986, pp. 269-71, 299-302, 462-65 e *passim*.

20 S. Romero – J. Ribeiro, *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (edição comemorativa), org. por L. A. Barreto. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 25: “Na imensa pêra sul-americana, como dizem uns, no enorme presunto da América do Sul, como se poderia chamar, o Brasil, ocupando talvez mais do terço, constitui uma região especial que se distingue por mais de uma singularidade. Tendo em geral a mesma configuração dessa parte inteira do continente, é, no seu núcleo central, a região mais antiga do Novo Mundo e, talvez, da terra. Era uma enorme ilha primitiva, que se veio a ligar ao planalto mais recente dos Andes e ao das Guianas, por movimentos geológicos específicos e mais diretamente pela ação dos dois consideráveis rios que a circulam – o Amazonas e o Paraguai-Paraná-Prata”.

21 Cf. Euclides da Cunha, *Os Sertões*, ed. org. por L. Bernucci. 2a ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 91: “Por mais inexperto que seja o observador (...) tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens...”.

22 Esse texto é agora reeditado em G. F., *Problemas Brasileiros de Antropologia*. 4a ed., Rio de Janeiro-Brasília: José Olympio-INL, 1973, pp. 141-72.

Na imagem que a cultura europeia construiu da *Terra brasilis* e na autoimagem que os intelectuais brasileiros cultivaram depois, ao longo dos séculos, a ideia de um território à parte, nem europeu nem americano e as duas coisas ao mesmo tempo, ocupa, como se vê, um lugar de destaque, inutilizando também as tentativas de encontrar na especificidade natural e antrópica uma via de acesso a uma identidade autônoma. No estudo das relações entre Brasil e Europa devemos, nesse sentido, levar sempre em conta esse sentimento de insegurança, colocando em perene estado de dúvida a avaliação do peso histórico de uma e de outra – ou de uma na outra, ou de uma sobre a outra, ou uma ao lado da outra, num processo contínuo de construção e desmoronamento das fronteiras. Assim que, na definição daquilo que podemos atribuir à influência do Velho Continente e daquilo que parece específico da nova condição americana, não podemos nunca chegar a uma de-cisão, ou seja, no sentido etimológico da palavra, a um corte separando o europeu do autóctone.

E se, ao longo do séc. XIX, aquilo que prevalece na cultura e na sociedade brasileiras é – como magistralmente sublinhou Flora Süssekind – a “sensação de não estar de todo”, isto é, a impressão de não pertencer realmente ao lugar onde se vive, levando – como outro grande teórico da estatura de Roberto Schwarz – à adoção de “ideias fora do lugar”, ou seja, à imitação de modas e de modos de agir oriundos da Europa, esse aproveitamento de ideologias e vivências estrangeiras vai, de fato, continuar no século sucessivo. Basta pensar na irônica acusação que a Oswald de Andrade – ou seja, a um dos mais importantes expoentes do Modernismo paulista de 22 –, moveu um intelectual e amigo como Paulo Prado, afirmando que o seu protegido e compa-

nheiro de estrada tinha descoberto com deslumbre a sua própria terra “do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo”. Uma forma de reconhecimento no estranhamento, um olhar exilado, se poderia dizer, que é típico de muitos intelectuais latino-americanos e que, de fato, antecipa, de modo especular e inverso, a formulação de um Brasil como desterro, como margem histórica da Europa, que iremos encontrar pouco depois no *incipit* da obra fundadora (tratando, de fato, das *Raízes* histórico-culturais da nação) de Sérgio Buarque de Holanda lembrada no início.

Esse Brasil, então, que se perfila no horizonte dos desejos europeus e que acaba por se reconhecer nesses desejos (mas também nas recusas e nos recalques) que o Velho Mundo tem construído e alimentado sobre ele, não pode ser considerado apenas um território estranho e longínquo, um éden (ou um inferno) tropical onde continua imperando o imaginário exótico, mas deve ser visto na sua natureza de fronteira de uma Europa que nele se reconhece e dele se diferencia, balançando sempre nessa contradição que já François Rabelais tinha apontado, na sua irônica definição do mundo na boca de Pantagruel: mundo às avessas e, ao mesmo tempo, lugar onde tudo é “*comme chez nous*”.<sup>23</sup> Por isso, enfim, supor que a cultura europeia deva ser ainda conhecida e divulgada na imensa nação latino-americana constitui uma aposta, no meu entender, errada: porque se o Brasil – não obstante o multilateralismo e a globalização atuais – continua sendo, por um lado, a fronteira da Europa, assim, pelo outro, a Europa se apresenta, desde sempre, como fronteira do Brasil.

23 Sobre esse episódio do *Gargantua et Pantagruel* (livro II, cap. 32), me limito a remeter para o estudo magistral de Erich Auerbach incluído no seu *Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur* (1ª ed.: 1946).

Nesse sentido, a fórmula talvez mais feliz e iluminante para entender a história das relações entre o *aqui* e o *ali*, entre os dois lados do Atlântico, é aquela encontrada pelo próprio Oswald de Andrade no seu *Manifesto antropófago* (publicado em 1928). Partindo da constatação que a cultura brasileira se tem alimentado desde o início da cultura, dos usos e costumes que provinham da Europa, o grande escritor paulista chega a formular a hipótese que é apenas através da canibalização, da deglutição e assimilação “intestinal” desse *Outro* que se pode chegar a produzir uma identidade brasileira autônoma. Estranha autonomia, na verdade, baseada numa dependência, aceite e “digerida”, da cultura europeia, mas que produz, através de um processo metabólico, uma situação, mais uma vez, de neutralização das diferenças levando a uma dimensão histórico-cultural “terceira”: nem americana nem europeia, e ambas as coisas ao mesmo tempo.

Diante dessa situação compromissória, é melhor, portanto, muito melhor continuar estudando, tanto no passado quanto no presente, o enredo intercultural e transcultural que tem levado ao exemplar isolamento, à peculiaridade neutra de uma dimensão suspensa entre duas fronteiras. E, mais uma vez, a literatura pode nos ajudar a entender o paradoxo dessa ambivalência em que se encontra a cultura brasileira na sua intrincada relação com instâncias heterogêneas. De fato, na estória “A terceira margem do rio”, publicada por João Guimarães Rosa em 1962 nas suas *Primeiras estórias*, nos é apresentada uma metáfora perfeita dessa suspensão, dessa neutralização das diferenças de que falei até aqui. A escolha de um pai de família que, a certa altura da sua vida, abandona tudo para ir habitar, até a morte, numa canoa no meio de um rio pode ser interpretada como uma representação perfeita, embora ficcional, da “terceiredade” de um País que não se encontra nem *aquém* nem *além*, mas num limiar ideal que ele verifica e torna real apenas com o seu teimoso “estar entre”. Nas palavras de quem conta a estória, filho do homem que escolheu morar (sem realmente de-morar, se deslocando “rio abaixo, rio a fora, rio a dentro”) nesse entremeio:

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só escutava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. (...) Aquilo que não havia, acontecia.<sup>24</sup>

24 João Guimarães Rosa, *Primeiras estórias*. 12a ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 28.



A “canoinha de nada” na qual escolhe viver até o fim essa figura deslumbrante e aporética que saiu da pena do grande escritor mineiro pode, nesse sentido, ser assimilada àquela ilha imaginária e movediça que se perfila no horizonte dos navegadores europeus, ou melhor, pode ser uma *Narrenschiff* em miniatura de que –aquele que aparenta ser doido, sem na verdade o ser<sup>25</sup> – é, mais uma vez, “o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da Passagem”. Repare-se, nesse sentido, na dupla negação empregada por Rosa (“não tinha ido em nenhuma parte”) remetendo para um movimento estático antidualético e, sobretudo, para a suposição de um lugar mediano e mediador, para a definição de uma fronteira virtual que, embora “não haja”, “acontece”.

É, portanto, a partir desse *limen* precário e todavia concreto, que nunca chega a se constituir em *limes*, que devemos, na minha opinião, continuar olhando para a relação entre Brasil e Europa, excluindo a possibilidade de impor a difusão e o estudo da cultura europeia num âmbito que é e sempre foi habitado por ela, que é e sempre foi uma fronteira dela, mas tentando nos colocar

numa perspectiva transatlântica, ou seja, numa margem terceira e hipotética – consistindo apenas num trânsito inconcluso que não leva para parte nenhuma ou que leva apenas para aquela ilha longamente imaginada, encontrando a sua essência, o seu “acontecer”, justamente no seu não-ser e no seu “não haver”. Apenas nesse entre-meu, nesse espaço neutro e suspenso é possível, a meu ver, ler e interpretar as diferenças implícitas na identidade compartilhada e vice-versa, ou seja, é possível enxergar aquela identidade dupla, euro-brasileira, que está dobrada no interior das diferenças.

A história – tanto a real, baseada nos fatos, quanto aquela que percorre as sendas do imaginário – deveria, enfim, nos admoestar sobre a impossibilidade de separar os dois lados do Atlântico, considerando Europa e Brasil como duas (id)entidades culturais distintas e propondo, por isso, a implantação de um instituto de estudos europeus em terra brasileira. A história, finalmente, deveria nos indicar que a verdadeira questão a ser ainda balizada e estudada é aquela que nos propõe graficamente e materialmente aquele hífen interposto entre Brasil e Europa: limiar intransitável que foi, todavia, sempre atravessado e “habitado” desde o início, fronteira porosa sobre a qual se deposita o sentido de uma relação a ser, inevitavelmente, pensada em conjunto.

25 “Sou doido? Não. Na nossa casa, a palavra *doido* não se falava, nunca mais se falou, os anos todos, não se condenava ninguém de doido. Ninguém é doido. Ou, então, todos” (*op. cit.*, p. 31).